

Fronteiras da variação sociolinguística: grau de hipoteticidade e alternância verbal em construções condicionais

Sílvia Maria Brandão

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Araraquara, São Paulo, Brasil
silviafclar@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1667>

Resumo

Com base nos princípios da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1994, 2001, 2008 [1972]), pretende-se descrever e compreender a alternância entre formas verbais (simples e/ou perifrásticas) que se encontram em sentenças condicionais encabeçadas pela conjunção SE e que repousam sob a noção de *irrealis* (GIVÓN, 1995). O objetivo principal deste artigo é pensar a correlação entre o fenômeno da alternância verbal e grupos de fatores linguísticos ligados à semântica da construção condicional: (i) *grau de hipoteticidade*; (ii) *momento de referência* e (iii) *ambiente sintático*. Indo da semântica à pragmática, a análise prévia pode fornecer pistas acerca do estatuto dessa alternância verbal (variação ou não).

Palavras-chave: grau de hipoteticidade; alternância verbal; variação sintática.

Frontiers of sociolinguistic variation: degree of hypotheticality and verbal alternation in conditional constructions

Abstract

Based on the principles of Variationist Sociolinguistics (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, LABOV, 2008 [1972], 1994, 2001), we aim to describe and understand the alternation between verbal forms (single and/or periphrastic) on conditional sentences headed by the conjunction “SE” and on the notion of the *irrealis* (GIVÓN, 1995). The main purpose of this article is to think about the correlation between the phenomenon of verbal alternation and groups of linguistic factors related to the semantics of the conditional construction: (i) *degree of hypotheticality*; (ii) *reference point* and (iii) *syntactic ambience*. Special attention will be given to item (i), ranging from semantics to pragmatics, the analysis can provide clues about the status of this verbal alternation (variation or not).

Keywords: degree of hypotheticality; verbal alternation; syntactical variation.

Apresentando o problema

Chama-se “oração condicional”, “condicionante”, “antecedente” ou “prótase” a oração de cujo conteúdo proposicional depende semanticamente o conteúdo proposicional da outra oração: a condicionada, a conseqüente ou a apódose, também designada na tradição gramatical por ‘principal’ (MATEUS et al., 2003).

Para Ilari e Basso (2008, p. 313), “a função do período hipotético é indicar que a verdade de um certo conteúdo proposicional é garantia de verdade do outro, ou, equivalentemente, que nós estamos condicionando a verdade de um conteúdo à verdade de outro”. Há, portanto, nesse universo hipotético onde se inserem as condicionais, a chance de fazermos remissão para “um mundo possível, criado linguisticamente pelo enunciado, epistemicamente não acessível no intervalo de tempo da enunciação” (MATEUS et al., 2003, p. 707).

Vem, por conseguinte, merecendo destaque nos estudos sobre as condicionais o estudo dos diferentes graus de hipoteticidade manifestados por cada construção; ou seja, a “possibilidade de realização do conteúdo da apódose, dada a realização ou verdade da condição expressa na prótase” (NEVES, 1999, p. 497-498). Assim, a primeira evidência sobre o estudo em construções condicionais, principalmente naqueles de viés funcionalista (NEVES, 1999, 2000; HIRATA-VALE, 1999, 2001), é a identificação das possíveis nuances semântico-pragmáticas expressas por arranjos diversos, incluindo a articulação dos diferentes tempos e modos verbais no esquema prótase-apódose. Liga-se diretamente ao grau de hipoteticidade, como podemos ver, a modalidade da construção, ou seja, a atitude do falante frente a sua proposição. Dentro da modalidade epistêmica, observamos que, desde a tradição gramatical (que remonta à gramática latina), o período hipotético pode se inserir nas seguintes classificações:

- (1) Período hipotético do real (*realis*) ou factual. Ex.: Se eu tenho dinheiro, compro uma ilha.
- (2) Período hipotético do potencial (*potentialis*) Ex.: Se eu tiver dinheiro, comprarei uma ilha.
- (3) Período hipotético do irreal (*irrealis*) ou contrafactual. Ex.: Se eu tivesse dinheiro, compraria uma ilha.

O fenômeno estudado compreende construções do tipo (3). Assim, o recorte realizado está nas formas verbais de futuro do pretérito (doravante FP) e pretérito imperfeito do indicativo (doravante PI) que se alternam em construções encabeçadas pela conjunção condicional prototípica do português – SE – e que repousam sob a noção do irrealis (GIVÓN, 1995).

Estudar o verbo, “a palavra por excelência”, em construções condicionais e pela perspectiva variacionista, mostra-se um desafio, tanto pela complexidade resultante das diferentes combinações modo-temporais que podemos encontrar quanto pela natureza complexa da delimitação de contextos variáveis. Ao contrário do que se observa no nível fonético-fonológico, a análise da variação em níveis mais altos tem necessariamente que enfrentar o embate com as possíveis nuances semânticas veiculadas pelas construções (SANKOFF, 1980; ROMAINE, 1984; LABOV, 1973; LAVANDERA, 1984; MILROY; GORDON, 2003), sendo esse o embate explorado neste trabalho.

Isto posto, a pergunta que fazemos é a seguinte: as alternâncias de formas verbais na articulação prótase-apódose (como ilustrado nos exemplos a seguir) configurariam (i) um caso de variação no sentido laboviano, em que a escolha de uma ou outra forma verbal veicula o mesmo sentido, ou funcionalmente comparável (cf. LAVANDERA, 1984) ou (ii) estaria cada uso associado a um valor específico, cumprindo funções comunicativas diferentes?

- (4a) Se José tivesse dinheiro, ele compraria uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + futuro do pretérito simples*)
- (4b) Se José tivesse dinheiro, ele comprava uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + pretérito imperfecto simples*)
- (4c) Se José tivesse dinheiro, ele iria comprar uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + futuro do pretérito perifrástico*)
- (4d) Se José tivesse dinheiro, ele ia comprar uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + pretérito imperfecto perifrástico*)
- (5a) Se José tivesse dinheiro, ele teria comprado uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + futuro do pretérito perifrástico*)
- (5b) Se José tivesse dinheiro, ele tinha comprado uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + pretérito imperfecto perifrástico*)
- (6a) Se José tinha dinheiro, ele comprava uma ilha. (*imperfecto do indicativo + pretérito imperfecto do indicativo*)
- (6b) Se José tinha dinheiro, ele ia comprar uma ilha. (*imperfecto do indicativo + pretérito imperfecto do indicativo*)¹

Vemos de 4a a 6b que as formas verbais que estão alternando nas apódoses possuem uma mesma “significação básica” ou uma comparabilidade funcional (LAVANDERA, 1984) que asseguram, ao lado dos demais elementos da oração, a noção de condição, cuja possível realização do conteúdo da apódose (comprar uma ilha) depende da proposição da prótase (ter dinheiro) se concretizar ou não. Contudo, nos exemplos de número 5, o que vemos, de forma bastante nítida, é a impossibilidade de realização do conteúdo da apódose, pois *teria comprado* ou *tinha comprado* carregam consigo um aspecto conclusivo e propõem uma situação acabada, que afasta da realidade a possibilidade de realização da proposição, diferente do que se vê nas demais construções.

Além disso, vale lembrar que o que estamos chamando em 5a e 5b, respectivamente, de formas perifrásticas de futuro do pretérito e pretérito imperfecto do indicativo são, na verdade, formas do mais-que-perfeito analítico. Entretanto, como pretendemos avaliar a forma flexionada (FP – *teria*/ PI – *tinha*), consideramos essas como tais, até mesmo para podermos contrastar com as demais formas que encontrarmos no *corpus*, pois, afinal, apenas a questão aspectual tornaria a possibilidade de concretização da proposição falsa? E as demais formas? Observamos também que, em 6a e 6b, a alternância extrapola a apódose se estendendo agora também para a prótase (subjuntivo – *tivesse* / indicativo – *tinha*). Estariam essas construções em variação com as demais (do grupo 4, por exemplo)?

Travaglia (1987) atribui a alternância do PI e FP em apódoses a um afastamento ou aproximação do real e do não real, do comprometimento e do não comprometimento com o que se fala. De acordo com ele, o falante usa o PI quando pretende fugir, se

¹ Os exemplos foram criados para ilustrar o fenômeno. A ordem canônica foi priorizada na ilustração, mas ressaltamos que há construções também na ordem não canônica (por exemplo: *Compraria uma ilha se tivesse dinheiro*).

afastar do processo verbal de realidade. Já, se usa o FP, o fato em questão é apenas hipotético, possível, mais próximo à realidade, e só não se concretizou pela condição estabelecida anteriormente na prótase. Este observou também que o uso do PI nas construções em que a norma culta estabelece o uso do FP passa a diminuir de acordo com o aumento da escolaridade. Todavia, seu estudo destina maior ênfase para o uso discursivo das formas verbais de PI e FP, atribuindo essa alternância, principalmente, ao sentido da construção:

Não considerando a influência da norma culta que em certos casos recomenda o uso do futuro do pretérito, pode-se dizer que a escolha do falante, ao organizar seu discurso, será controlada pelo seguinte: se ele vê o fato como certo, mas afastado da realidade usará o pretérito imperfeito do indicativo; mas se ele vir o fato como apenas hipotético, provável, possível (portanto outra modalidade) usará o futuro do pretérito. (TRAVAGLIA, 1987, p. 71).

Logo, notamos que a exploração da alternância dessas formas verbais enquanto fenômeno variável se constitui ainda como um terreno dubitável, que necessita de mais minúcia, embora já tenhamos trabalhos representativos em variedades do português brasileiro que consideram esse tipo de alternância como variação (MACEDO, 1980; COSTA, 1997, 2003; FREITAG, 2007; REIS, 2008, 2010; SOUSA, 2007; KOBASHI, 2011; TESCH, 2011; OLIVEIRA et al., 2013, BRANDÃO, 2014). Mesmo assim, na variedade paulista, o fenômeno ainda foi pouco estudado.

Temos notado também que o exame dos graus de hipoteticidade de uma condicional emana do contexto (seja semântico ou pragmático) e pode/deve influenciar a análise global do fenômeno, tanto em nível de resultados qualitativos como também quantitativos. Para Mattoso Câmara (1956, p. 55), “é, por exemplo, por causa do contexto – e não por significação intrínseca da forma verbal – que têm valor irreal muitas formas em –ria.”.

Desse modo, buscamos analisar a alternância em amostras reais de fala presentes no Iboruna (GONÇALVES, s.d) – banco de dados de registro oral do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista) –, um *corpus* representativo de variedade do português do interior de São Paulo. Os dados analisados são do início do século XXI e provêm de 152 entrevistas controladas sociolinguisticamente, presentes na Amostra Censo.

Por se tratar de um trabalho que busca refletir acerca das fronteiras semânticas da variação (levando em conta especialmente o grau de hipoteticidade), aspectos ligados aos significados sociais das formas não serão expostos aqui, de modo que o objetivo principal deste trabalho é descrever e analisar a correlação entre o fenômeno da alternância verbal e de três grupos de fatores linguísticos ligados à semântica da construção condicional: (i) *o grau de hipoteticidade*, (ii) *momento de referência* e (iii) *ambiente sintático*. A ênfase recai sobre o primeiro item, que, indo da semântica à pragmática, pode nos fornecer pistas acerca do estatuto dessa alternância verbal. Estaríamos, de fato, diante de um fenômeno em variação ou essa alternância de formas verbais não possui uma equivalência semântica/comparabilidade funcional?

Grau de hipoteticidade

De acordo com Givón (1995, p. 196), dentro do subgrupo da modalidade epistêmica *irrealis*, há também uma dimensão escalar de certeza: *irrealis de alta certeza, baixa certeza e menor certeza*². Assim, com base em uma releitura dos trabalhos de Givón (1995), Neves (1999), Martin e Nef (1981), Tapazdi e Salvi (1998) e Travaglia (1987), propusemos o grupo de fatores “grau de hipoteticidade” como variável independente. Lembramos que quando se trabalha além da descrição, “outros tipos de significados, e mesmo nuances de significado referencial” (PAIVA; SCHERRE, 1999, p. 210), podem ser tomados como variáveis independentes.

À vista disso, classificamos as condicionais encontradas como:

(a) *habitual* – o enunciado é tido como certo/habitual quando o estado de coisas previsto pela prótase se concretiza. Geralmente temos um fato “narrado” no passado, cujos verbos, no imperfeito do indicativo, já foram previamente instaurados no discurso (cf. exemplo 7). A proposição se assemelha muito a uma construção temporal-aspectual (*quando p, q*).

- (7) Ex.: Inf.: nós tínhamos um painel que tinha uns quarenta tele/ uns quarenta plug... então simultaneamente fazia uns quarenta interurbanos... só que tem cidade que tinha um... um aparelho... e uma linha... então um/ se **tivesse** alguém falando... naquele cabo lá... ela **ficava acumulando** as pessoas... com uma certa ordem... por exemplo se dez pessoas chamassem Carne(i)rinho... (AC-114; NE: L.173-177)

(b) *possível* – a proposição pode vir a se tornar verdadeira; há uma relação de verossimilhança entre a possibilidade de realização e o conteúdo da prótase, fazendo com que a condição possa ser preenchida e, conseqüentemente, o estado de coisas (talvez) venha a se realizar. A verdade ou a falsidade da prótase não está definida, principalmente porque, em geral, refere-se a algo futuro, como se vê no exemplo seguinte.

- (8) Ex.: Inf.: O nosso país ele vai melhorá(r) um dia... quem sabe?... éh:: isso depende não só deles... mas da gente também um po(u)co... acho que se a gente **fi/ começasse** a prestá(r) mais atenção... no nos/ no nosso povo::... na nossa::... na nossa conquista a gente **podia chegá(r)** até hoje... aí ia melhorar ia ma::s/. (AC-35; RO: L.510-513)

(c) *contrafactual* – A verdade ou falsidade está definida e a prótase não se concretizou, dado o aspecto conclusivo do verbo (cf. exemplo 9), ou esta é falsa o suficiente para não se realizar no mundo real (cf. exemplo 10).

- (9) Inf.: o meu tio falô(u) – “se cê num tivesse feito/ falado isso aí você **podia/ podia** num tê(r) nem apanhado né?” (AC-15; NR: L.374)

Prótase positiva: Se você não tivesse feito/ falado isso. / **Pressuposto negativo:** Você fez/falou.
Apódose positiva: Podia não ter apanhado / **Conteúdo asseverado negativo:** Apanhou

² “Higher certainty irrealis”, “lower certainty” e “lowest certainty”.

- (10) Inf.: eles num tão aqui... eles tão pra fora do país fazen(d)o som... (sei lá)... se não fosse bom num ia tá longe né?... ia tá tocan(d)o assim por aqui... (AC-43; RO: L. 158-159)

Prótase positiva: Se não fosse bom / **Pressuposto negativo:** Eles são bons.

Apódose positiva: Eles não estariam longe / **Conteúdo asseverado negativo:** Eles estão longe.

A classificação tem relação direta com o que propõe Givón (1995) para a modalidade, bem como Martin e Nef (1981) para as condicionais como um todo: *condicional temporal* > *condicional modal* > *condicional hipotética*. Assim, o que classificamos como *habitual* encontra-se no nível mais alto de certeza dentro do *irrealis* e imprime uma noção temporal-aspectual, enquanto o que chamamos de *possível* encontra-se em um nível intermediário e possui um caráter mais modal, e o *contrafactual* enquadra-se no grau mais baixo da escala epistêmica de certeza e se relaciona com o que Martin e Nef (1981) chamaram de “condicional hipotética”.

Análise dos dados – resultados e decisões preliminares

Encontramos 216 dados com a configuração que precisávamos (esquema “*Se A, (então) B/ então B se A*” e com noção de *irrealis*). Nestes, a hipótese inicial de que o PI estava se expandindo em contextos “normativos” de futuro do pretérito se confirmou. Dos 216 dados, o PI foi o preferido em 157 deles (73%), duas vezes a mais que o FP, que apareceu 59 vezes (27%).

No entanto, dentro desse escopo mais geral, constatamos um forte efeito lexical (POPLACK; LEALESS; DION, 2013) de formas perifrásticas de Ir+Infinitivo, o que exigiu para estas tratamento especial e à parte, principalmente por conta de a forma auxiliar, em sua maioria, aparecer flexionada no PI (*ia comprar*), afetando tanto o resultado numérico quanto qualitativo, como veremos.

Vale também ressaltar que as formas de Ter+Particípio estão amalgamadas às demais, mas carregam propriedades semânticas que as diferenciam das outras, como salientamos anteriormente; é o caso do aspecto conclusivo, por exemplo. Entretanto, como estamos olhando apenas para a forma flexionada (*tinha e teria*), e essas formas apareceram apenas em 6% (16) do total dos dados e de forma equilibrada (sete dados com *teria* e nove com *tinha*), nós as amalgamamos às demais, visto que não afetam quantitativamente o resultado global.

Identificação de contextos variáveis

Com auxílio do Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), encontramos contextos que traziam tanto o uso do futuro do pretérito quanto do pretérito imperfeito do indicativo como possíveis de ocorrerem nas apódoses das condicionais, mas também detectamos contextos em que houve a realização de uma única forma. Em se tratando desse segundo caso – de contextos considerados categóricos³ para a realização de apenas uma das formas –, observamos que um dos contextos se liga à modalidade da condicional (portanto, mais à semântica) e o outro mais ao modo do verbo (portanto, a sua forma), como veremos adiante.

³ Estamos entendendo categórico enquanto noção probabilística (SANKOFF, 1980).

Logo, dentro do conjunto de dados coletados, houve um uso variável equilibrado entre PI e FP tanto no que se considerou oração de grau “contrafactual” quanto “possível”. Contudo, quando a construção imprimia o grau de hipoteticidade “habitual”, foram as formas de PI as únicas a se realizarem. Ou seja, observamos que, apesar de “contrafactual” e “possível” representarem graus díspares de hipoteticidade – visto que o primeiro assegura a não realização do conteúdo da apódose (imprimindo falsidade), enquanto o segundo não exclui a chance de realização do conteúdo apódose (imprimindo possibilidade) –, as formas de PI e FP ocorreram em ambos. Já em relação ao habitual, podemos dizer que não houve variação dado o uso categórico de PI nesse grau de hipoteticidade, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 1. Distribuição de formas verbais de acordo com o grau de hipoteticidade

	Futuro do Pretérito		Pretérito Imperfeito		Total	
	N	%	N	%	N	%
Habitual	0	0	42	100%	42	19%
Possível	32	35%	61	65%	93	43%
Contrafactual	27	33%	54	67%	81	28%

No que se refere ao modo, encontramos na prótase formas flexionadas naquilo que a gramática tradicional chama de modo subjuntivo (cf. exemplos 7, 8, 9, 10) e naquilo que chama de indicativo (cf. exemplo 11), como vemos na tabela a seguir.

Tabela 2. Distribuição de formas verbais de acordo com a forma verbal da prótase

	FP		PI	
	N	%	N	%
Indicativo	0	0	26/26	100%
Subjuntivo	59/190	31%	131/190	69%
Total	59/216	27%	157/216	73%

O resultado mostra um uso categórico de PI na apódose quando na prótase a forma aparecia no indicativo, em construções como “*Se **tinha** dinheiro, comprava, ia comprar* (verbo flexionado no imperfeito do indicativo) *uma ilha*. De outra parte, quando a forma da prótase se realizava no imperfeito do subjuntivo, houve um uso variável de FP e de PI nas apódoses (*Se **tivesse** dinheiro... iria comprar/ia comprar/tinha comprado/ teria comprado/ compraria/ comprava uma ilha*).

- (11) Inf.: então é uma área muito sacrificada... é uma área que/ aliás nem ne/ nem todos gostam dessa área... a gente trabalha nisso porque a gente precisa me(s)mo... porque se a gente num **precisava** a gente num **trabalhava** não. (AC-68; RO: L.206-208)

Sabemos que a noção de categoricidade é cara aos estudos linguísticos como um todo, bem como, além dessa, a noção de variável é cara à Sociolinguística em níveis mais altos de análise, os que estão acima da fonologia. Em se tratando da regra categórica, é sabido que tanto no Goldvarb quanto no VarbRul o que se conhece como nocaute (*KnockOut*) corresponde a uma frequência de 0% ou de 100% para um dos valores (GUY; ZILLES, 2007, p. 158). Por conseguinte, uma vez que a ocorrência de um dos fatores do grupo é zero, teríamos usos categóricos e não variáveis no contexto determinado, pois tomamos a noção como probabilidade zero.

Para Silva-Corvalán (2001), em estudo sobre o uso variável do indicativo e subjuntivo na língua espanhola, a ideia de contexto obrigatório (categórico) e contexto opcional (variável) é fundamental para entendermos a relação forma-função acerca de um fenômeno. Outrossim, Sankoff (1988) propõe a noção de distribuição complementar fraca, cujas duas ou mais formas, embora não sejam utilizadas sempre com a mesma função, podem manter entre si funções estritamente relacionadas, senão idênticas em determinados contextos. Isso possibilita a neutralização, o enfraquecimento de qualquer distinção entre elas em tais cenários. Relação direta tem com o que estamos tentando mostrar com as reflexões em torno do grau de hipoteticidade em conjunção com a noção de categoricidade, pois tomando esse grupo de fatores como um componente interpretativo da metodologia variacionista, temos a possibilidade de alternância entre formas verbais de PI e FP tanto no que se considerou grau “possível” como no “contrafactual”, sendo seu uso **variável** nesses contextos. Todavia, não há alternância quando a proposição exprime a habitualidade, conseqüentemente, tampouco poderemos considerar que os dados do grau “habitual” fazem parte dos contextos variáveis, fazendo-se necessária a retirada desses dados para que não se mascarem os resultados.

Houve, como vimos acima, além do uso obrigatório de PI em contextos de grau “habitual”, seu uso obrigatório em contextos de imperfeito do indicativo em prótases. Observamos claramente uma relação íntima entre a análise da modalidade e do modo, de forma que, ao excluirmos os dados com o grau “habitual”, estaremos excluindo dados que possuem PI tanto na prótase quanto na apódose também (cf. exemplo 12)⁴, pois estes veiculam no *corpus* a leitura habitual, principalmente pelo valor durativo/iterativo que se associa ao PI.

- (12) Inf.: porque eu... sentia muita dor nas costa sabe?... muita dor nas costa e num/ num... eu assim eu num ficava nem sentada e nem em pé muito... se eu **ficava** um/ éh... um pouco sentada já **começava** a doê(r) as costa. (AC-104; NE: L.38-40)

Contudo, há dados de pretérito imperfeito do indicativo tanto na prótase quanto na apódose em sentenças que não transmitem a habitualidade, como é possível observar no exemplo 11, acima, avaliado como construção de grau “contrafactual” neste trabalho. Por conseguinte, excluir esses dados que possuem um movimento categórico (pensado a partir da forma da prótase, ou seja, do modo) pode negligenciar processos e percursos de gramaticalização de uma variante inovadora (a forma de PI do indicativo), que passa a se realizar não apenas na apódose de condicionais “contrafactuais” e “possíveis”, mas também em prótases destas, “variando”⁵, agora, também com formas do subjuntivo, como se vê, no esquema abaixo, uma hipótese de percurso da variante considerada inovadora.

⁴ Não todos, pois no exemplo de número 7 há uma forma de subjuntivo na prótase.

⁵ Entre aspas porque a ideia de que a alternância Indicativo-Subjuntivo, nestes contextos, seja um fenômeno variável ainda é uma hipótese que precisa ser melhor testada, bem como o esquema hipotético.

Se **tivesse** dinheiro, **compraria/iria comprar** uma ilha. [-inovador]



Se **tivesse** dinheiro, **comprava/ia comprar** uma ilha. [inovador]



Se **tinha** dinheiro, **comprava/ia comprar** uma ilha. [+ inovador]

No entanto, esse percurso surge como uma hipótese, de modo que a análise carece de maior refinamento e aprofundamento para que possamos fazer afirmações acerca da gradação de inovação ou mesmo das ambiguidades que podem resultar da alternância de uma forma de subjuntivo por uma de indicativo em contextos de prótases.

De todo modo, podemos ver que as análises prévias de delimitação de contextos variáveis surgem como um componente interpretativo da metodologia variacionista, que passa a observar as nuances semânticas das construções, bem como o uso de formas distintas empregadas aparentemente com a mesma função em determinados contextos (graus possível e contrafactual), enquanto outros contextos surgem como obrigatórios para determinadas formas (grau habitual). Vemos, assim, que a noção de obrigatoriedade ou categoricidade, embora gere controvérsias à Sociolinguística, pode servir de base para a delimitação dos contextos variáveis se entendida enquanto noção probabilística.

Análise de contextos variáveis

A seguir, temos uma comparação de natureza quantitativa dos resultados gerais obtidos antes e após a exclusão dos dados categóricos – de grau “habitual” e dos que traziam a forma verbal da prótase no indicativo. Tal comparação é importante para reafirmarmos a importância de controlarmos matizes semântico-pragmáticas antes de partirmos para o estudo das motivações linguísticas e extralinguísticas em contextos identificados como variáveis.

Tabela 3. Distribuição de formas verbais antes e depois das separações

	ALIP (2003) dados variáveis e categóricos		ALIP (2003) dados variáveis	
	N	%	N	%
FP	52	25%	52	31%
PI	107	49%	64	39%
IA+V	50	23%	44	26%
IRIA+V	7	03%	7	04%
Total	216	100%	167	100%

Vemos, portanto, uma redução de 49 dados de um movimento para o outro, confirmando o fato de um dos desafios que se colocam para a análise em níveis mais altos se relacionar à restrição contextual. Mesmo assim, ainda que com poucos dados, é possível pensarmos nas motivações para a utilização de uma ou outra forma.

Em se tratando do uso da forma de PI (forma mais utilizada no *corpus* desde as análises preliminares e considerada a nossa “variante inovadora”), destacamos a análise

do momento de referência (MR) em que o MR passado (visão retrospectiva) está influenciando fortemente o uso dessas formas (peso relativo: 0,61), de maneira que o momento de referência futuro (visão prospectiva) o desfavorece (0,30).

Tal MR por nós analisado é estabelecido na correlação temporal das duas orações (uma subordinada – a condicional – e a oração principal ou matriz) e, por vezes, esse MR é indicado por modificadores e operadores temporais, como adjuntos, datas, valores semânticos, entre outras referências (ILARI; BASSO, 2008, p. 243). Assim, um falante, além das formas verbais, faz uso de elementos que expressam uma visão denominada de *retrospectiva* (MR passado), isto é, uma visão de algo que aconteceria no passado diante de determinadas condições, ou de uma visão *prospectiva* (MR futuro), em que há indicações de que o fato se daria no futuro ou no presente dependendo das condições (CÂMARA Jr., 1956); tudo isso em relação ao momento de fala, como podemos observar nos exemplos abaixo (os grifos se referem a elementos que nos ajudam a delimitar o momento de referência).

(a) Visão retrospectiva

(13) Inf.: **tava errada tive** que pagá(r) o conserto da moto uma moto zero... se fosse uma biroquinha né? Qualquér conserto dava [certo] (AC-50; NE: L.44-45)

(b) Visão prospectiva

(14) Inf.: acho que na minha opinião... o que u/ o que **influencia** mais é a/... o que as pessoas **falam** tam(b)ém né?...eu acho que se as pessoa parasse um po(u)co de repará(r) as coisa de:... de ficá(r) repara::n(d)o de ficá(r) comentan(d)o acho que:: BRIGA acho que num existiria

No que se refere às formas de FP, destacamos sua resistência em contextos de ordem não-canônica (*q se p*), embora esse tipo de configuração tenha aparecido em apenas 16 dados do total no *corpus*. De fato, Hirata-Vale (1999) nos ensina que a ordem não marcada das condicionais no PB, ou seja, a ordem mais comum, é a precedência da prótase sobre a apódose. Isso se deve tanto a fatores estruturais quanto a discursivos. Segundo Neves (2000), considerando a construção condicional de um ponto de vista lógico-semântico, pode-se invocar o princípio da iconicidade, favorecendo a anteposição da oração condicionante e, assim, prevendo-se para a sequência a seguinte configuração:

Enuncia-se primeiro a ocorrência de um estado de coisas, como assentamento de uma condição (prótase), que pode não ou não ser satisfeita. A partir daí (e, portanto, em subsequência) enuncia-se um estado de coisas como factual (real)/ contrafactual (irreal)/ eventual (apódose) em dependência do preenchimento daquela condição. (NEVES, 2000, p. 835).

Contudo, a prótase nem sempre antecede a apódose sintaticamente, contrariando o princípio icônico de que condições precedem os fatos. Costa (2003), em um estudo sobre a alternância verbal entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito no português do Rio de Janeiro, chegou a resultados que mostram que há contextos sintáticos preferenciais para a escolha das variantes. Na ordem canônica, segundo a autora, o PI é o preferido, enquanto na ordem inversa a tendência é que o FP seja utilizado. Costa (2003) explica a preferência relacionando-a à ambiguidade que se instalaria ao se

utilizar, em um contexto condicional de ordem não-canônica, a forma de PI ao invés de FP, pois, pergunta-se, tratar-se-ia de um passado habitual ou de uma hipótese?

Nossos resultados corroboram todas as informações acima, como podemos observar na tabela abaixo, pois o PI é o que mais apareceu na ordem canônica (40%), e o que menos apareceu na ordem não-canônica (12,5%).

Tabela 4. Distribuição das formas verbais de acordo com o ambiente sintático

	FP		PI		IA+INF		IRIA+INF	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ordem canônica	46/151	30	62/151	41	36/151	24	7/151	5
Ordem não-canônica	6/16	37,5	2/16	12,5	8/16	50	0/16	0

Embora com poucos dados de ordem não-canônica, vemos menos a ocorrência de forma de PI que de FP. Todavia, há um uso acentuado de formas de Ir+Infinitivo flexionadas no imperfeito nessa mesma ordem, o que mostra um movimento, uma atuação especial dessas formas perifrásticas em tais configurações. Sendo assim, a ambiguidade, tal como constatada por Costa (2003), com o uso de PI na ordem não-canônica se manteria quando utilizamos ia+infinitivo no lugar de FP?

Por fim, lembramos que mesmo que o foco deste trabalho tenha sido trabalhar fatores internos da alternância ou, como acabamos de ver, fatores internos da variação, há fatores sociais diretamente relacionados ao uso de uma ou outra forma. Resultados acerca da escolaridade, por exemplo, mostram a força prescritiva associada ao uso do futuro do pretérito, forma de maior prestígio e comumente ensinada nas escolas em contraposição com as formas de pretérito imperfeito, formas não estigmatizadas, mas de menor *status*. Vemos que quanto mais alta a escolaridade, menos o informante faz uso de PI (Ensino Superior – peso 0,36) e quanto mais baixa sua escolaridade, mais este a utiliza (Ensino Fundamental – peso 0,83).

Considerações finais

A proposta deste trabalho foi debruçar-se sobre as fronteiras de identificação de contextos variáveis em níveis mais altos de análise, sendo o grau de hipoteticidade um fator de extrema relevância para esse tipo de delimitação. De acordo com Silva-Corvalán (2001, p. 136, tradução nossa), “não é válido estabelecer correlações sociossintáticas sem antes controlar fatores internos”⁶ e, sendo assim, somente após termos pensado sobre alguns impasses de análise em condicionais e estabelecermos algumas fronteiras internas é que será possível passarmos para a análise dos dados variáveis.

O interesse no estudo das condicionais não é recente, nem exclusivo de uma área específica da Linguística. A compreensão da expressão da condição coloca desafios que têm sido investigados no âmbito da Sintaxe (funcionalista e formalista), da Sociolinguística, da Psicolinguística, do Discurso/Texto etc. A partir de uma abordagem variacionista, nosso estudo empírico acerca do fenômeno em questão tomou como

⁶ no es válido establecer correlaciones sociosintáticas sin controlar estos factores internos.

instrumento de análise a metodologia da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 2008 [1972]; TARALLO, 1985; MILROY; GORDON, 2003; TAGLIAMONTE; 2006), sem desprezar as nuances semânticas de cada arranjo nas orações, elemento chave para os estudos além da fonologia, os quais devem levar em conta, como vimos, não apenas o significado referencial, mas também a sua função comunicativa (LAVANDERA, 1984; 1978). Lembramos Bortoni-Ricardo (2014), para quem foi e é, de fato, mais facilmente aceito que duas variantes do nível fonológico mantenham uma equivalência semântica, mas é muito difícil aceitar dois enunciados distintos como formas alternativas de se dizer a mesma coisa: “para além da função referencial, cada enunciado carrega um conjunto de características que vão distingui-lo e outro, que poderia ser considerado, à primeira vista, um enunciado sinônimo” (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 75).

Destacamos os resultados das formas nas prótases das construções condicionais, em que temos o PI em maior escala no subjuntivo e seu único e exclusivo uso em construções condicionais que traziam na prótase uma forma verbal de imperfeito do indicativo. Assim, categoricamente, quando houvesse indicativo na prótase, necessariamente a forma da apódose se realizaria com uma forma de PI, o que se mostra problemático, pois embora tenhamos uma configuração categórica (forma), não necessariamente estamos falando de um uso categórico (função).

Por fim, constatamos que um dos grupos de fatores que contemplava a construção condicional em sua interseção forma-função, pensando nas nuances semânticas entre elas (aproximação ou afastamento da realidade, tal como propõe TRAVAGLIA, 1987), contribui para delimitarmos os contextos de variação, de modo que percebemos que há variação, exceto em construções condicionais que traziam a hipoteticidade “habitual”, pois nesta, necessariamente, em 100% dos dados, o informante utilizou as formas de PI. Contudo, se o informante utilizava uma construção condicional para conotar uma hipótese de algo que teria a possibilidade de se realizar (possível) ou para conotar algo que aconteceria no passado, mas não aconteceu, dadas as circunstâncias diversas (contrafactual), a opção por FP ou PI existiu, opção essa que pode ser condicionada tanto por fatores linguísticos vários (entre eles, momento de referência e ambiente sintático), quanto por fatores sociais, externos (como escolaridade, por exemplo).

Como é sabido, uma língua não possui uma realidade homogênea, ela se constrói a partir do conjunto de suas variedades de modo que continuaremos nosso trabalho, com o objetivo de descrever de forma mais profunda essas alternâncias. Na busca por mais explicações sobre o fenômeno, esperamos contribuir para o avanço dos estudos linguísticos variacionistas em níveis para além do fonológico, buscando “soluções” para a intrincada questão do significado.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, E. M. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

BRANDÃO, S. M. *A alternância entre Futuro do pretérito e Pretérito imperfeito com conotação hipotética em contextos formais de fala*. Relatório Final. PIBIC/CNPq, 2014.

CÂMARA JR., J. M. *Uma forma verbal portuguesa: estudo estilístico gramatical*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1956.

COSTA, A. L. P. *A Variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal do Rio de Janeiro*. 1997. 199 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. *O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: Um estudo diacrônico*. 2003. 151 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FREITAG, R. M. K. *A expressão do passado imperfectivo no português: variação/gramaticalização e mudança*. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GONÇALVES, S. C. L. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: 08 set. 2015.

GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa – instrumento de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HIRATA-VALE, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. 1999. 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

_____. *Articulação de orações no português escrito no Brasil: as orações condicionais*. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 126-142, 2001.

_____. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático*. 2005. 149 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v. 1: Classes de palavras e processos de construção. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 163-364.

KOBASHI, S. M. Semanticização e discursivização das construções condicionais no português popular falado na cidade de São Paulo. *Filol. linguíst. port.*, n. 13(1), p. 127-145, 2011.

LABOV, W. Where do grammars stop? In: SHUY, R. W. *Sociolinguistics, Current Trends and Perspectives*. Washington, DC: George Torun University Press, 1973. p. 43-48.

_____. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

_____. *Principles of Linguistic Change*. v. 1: Internal Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

_____. *Principles of Linguistic Change*. v. 2: Social Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

LAVANDERA, B. *Variación y significado*. Buenos Aires: Lachette, 1984.

_____. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*, Cambridge, v. 7, p. 171-182, 1978.

MACEDO, A. *O uso do FS em português: regularização de uma forma verbal*. 1980. 166 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

MARTIN, R.; NEF, F. Le futur linguistique: temps linéaire ou temps ramifié? *Languages 64*, Special issue on grammatical tense, p. 81-92, 1981.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MILROY, L.; GORDON, M. *Sociolinguistics: method and interpretation*. 4. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

NEVES, M. H. M. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do Português Falado*. v. VII: Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 497-544.

_____. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, F. A de L. et al. A alternância entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em construções hipotéticas na fala de maceioenses. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 248-268, jan./jul. 2013.

PAIVA, M. C. de; SCHERRE, M. M. P. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *DE LTA.*, 15 Especial, p. 201-232, 1999.

POPLACK, S.; LEALESS, A.; DION, N. The evolving grammar of the French subjunctive. *Probus*, 25 (1), p. 139-195, 2013.

REIS, D. L. Variação no uso do futuro do subjuntivo no PB: um estudo sociofuncionalista. In: *Anais do VIII Encontro do Celsul*, Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. *O uso do futuro do subjuntivo: um estudo funcionalista sobre verbo e modalidade*. 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ROMAINE, S. On the problem of syntactic variation and pragmatic meaning in Sociolinguistic Theory. *Folia Linguística*, 18 (3-4), p. 409-437, 1984.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. Goldvarb X: *A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SANKOFF, G. Above and beyond phonology in variable rules. In: SANKOFF, G. *The Social life of language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1980.

- SANKOFF, D. Sociolinguistics and Syntactic Variation. In: NEWMeyer, F. (Ed.). *Linguistics: the Cambridge survey IV*. London: Cambridge University Press, 1988. p. 140-161.
- SILVA-CORVALÁN, C. *Sociolingüística y pragmática del español*. Washington: Georgetown University Press, 2001.
- SOUSA, F. C. A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito do indicativo na expressão de hipótese. *Gatilho*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística: UFJF, v. 6, p. 1-16, 2007.
- TAGLIAMONTE, S. *Analysing Sociolinguistic Variation*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- TAPAZDI, J.; SALVI, G. A Oração Condicional no Português Falado em Portugal e no Brasil. *DELTA* [online], v. 14, n. esp, [n.p], 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000300017>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007 [1985].
- TESCH, L. M. A Variação entre as formas do Futuro do Pretérito e Pretérito Imperfeito do Indicativo na Fala Capixaba. *PERcursos Linguísticos*, Vitória – ES, v. 2, n. 1, p. 89-109, 2011.
- TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual – Discurso do Verbo no Português do Brasil*. 1991. 264 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- _____. O Discurso do uso do Pretérito imperfeito do Indicativo no Português. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Universidade Federal de Uberlândia, n. 12, p. 61-98. 1987. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/viewFile/3268/2745>>. Acesso em: 03 fev. 2014.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em: 30/08/2016

Aprovado em: 29/05/2017